

IAOD do Deputado Lei Chan U em 29.03.2023

Adopção de medidas para lidar com o impacto da baixa taxa de natalidade na estabilidade do pessoal docente

A taxa de natalidade em Macau não pára de descer, baixou para 6,4 % em 2022, um recorde desde 1985, ano em que se iniciaram os registos. Este declínio contínuo resultou no envelhecimento populacional e teve impacto na estabilidade da profissão docente.

Segundo as notícias, devido ao declínio da taxa de natalidade e à diminuição da população em idade escolar, este ano, 147 escolas primárias na Coreia do Sul não conseguiram matricular novos alunos no 1.º ano. Como este número é superior às 121 escolas do ano passado, a situação fez soar o alarme em Macau. Segundo afirmações das autoridades, estas têm acompanhado o impacto das mudanças da taxa de natalidade na procura de vagas no ensino não superior e têm recorrido a várias medidas para estabilizar a dimensão das turmas e o pessoal docente, tais como a implementação de turmas pequenas nas escolas da rede de escolaridade gratuita. Nos termos do “Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior”, as escolas, em função das suas necessidades, podem proceder à transferência de docentes entre diferentes níveis de ensino mediante acordo dos mesmos expresso por escrito, etc. Através duma política flexível, a dimensão das turmas está estabilizada, a estabilidade do pessoal docente mantém-se e, a curto prazo, a situação não vai sofrer alterações drásticas devido às mudanças demográficas. Estas medidas merecem reconhecimento.

Contudo, perante a queda constante da taxa de natalidade, a sociedade continua preocupada com a eventualidade de as actuais políticas e medidas serem suficientes, ou não, para estabilizar a equipa do pessoal docente. Na educação regular, no ano lectivo 2022/2023, o número de turmas varia entre 195 e 213 na educação pré-escolar e 192 e 220 no ensino primário. Quando os 4344 recém-nascidos do ano passado atingirem a idade escolar, e como 25 é o número mínimo de alunos nas turmas pequenas, o ensino não superior vai continuar a enfrentar o risco da redução de turmas na educação pré-escolar e no ensino primário, e algumas escolas, sobretudo as que estejam em situação vulnerável, vão enfrentar mais pressão na admissão de alunos.

Assim, com base na manutenção do regime de turmas reduzidas e tendo em conta as mudanças na dimensão da fonte de alunos, proponho ao Governo que proceda, atempadamente, ao ajustamento do número de alunos por turma, para melhorar o rácio professor/aluno, e ao mesmo tempo, alivie a pressão que as escolas podem vir a enfrentar na admissão de alunos. A qualidade do ensino e as características das escolas podem afectar a admissão de alunos, por isso, o Governo deve apoiar as escolas no aumento da qualidade do ensino, do investimento em diversos recursos educativos, do nível pedagógico e da competitividade.

Para promover a estabilidade profissional dos docentes, a lei que estabelece o “Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino Não Superior” prevê a figura de transferência de docentes entre níveis de ensino, mas os docentes têm de preencher

certos requisitos e a transferência está sujeita a restrições. Sugiro ao Governo que continue a ouvir as opiniões destes profissionais, por forma a eliminar as preocupações, e mais, deve aperfeiçoar os cursos de formação pedagógica para os docentes dos diferentes níveis de ensino, para estes conseguirem adquirir as qualificações necessárias, e deve ainda organizar, de forma contínua, acções de formação, a fim de reforçar a capacidade de resposta às demais tarefas, para além das pedagógicas, de estabilizar a equipa docente e de reforçar a capacidade de enfrentar riscos profissionais.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 29.03.2023

Espero que o Governo da RAEM não desiluda a população

Este ano assinala-se o 30.º aniversário da promulgação da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau. Desde o retorno à mãe-pátria e sob a protecção da Lei Básica, Macau cumpriu o princípio “um país, dois sistemas”, manteve os originais sistemas sociais e económicos e o seu modo de vida, a par de ter conseguido progressos abrangentes em várias vertentes, ao nível da vida da população e do desenvolvimento económico e cultural. Entretanto, a RAEM passou várias ondulações económicas, incidentes sociais, catástrofes naturais e epidemias, o que teve impacto na estabilidade social e na vida dos residentes. Mas, felizmente, com o apoio do Estado, do Governo da RAEM e dos esforços concertados da população em geral, ultrapassámos em conjunto muitas crises. Os factos evidenciam que o princípio “um país, dois sistemas” contribui para a salvaguarda da prosperidade e da estabilidade a longo prazo de Macau.

Este ano assinala-se também a plena concretização do espírito do 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China. O Relatório do 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China e o Relatório de Trabalho do Governo apresentaram um balanço dos importantes princípios inerentes à experiência do cumprimento de “um país, dois sistemas”, incluindo o respectivo cumprimento na nova era. O Presidente Xi Jinping sublinhou o apoio ao desenvolvimento económico de Hong Kong e Macau, à melhoria da vida da população e à resolução de conflitos e problemas profundamente enraizados no desenvolvimento socioeconómico, em prol da prosperidade e estabilidade a longo prazo de Hong Kong e Macau. A este respeito, o Governo da RAEM deve não só fazer um balanço da experiência de sucesso, mas também rever as deficiências. Para remediar o problema, é importante saber as causas dos conflitos sociais em Macau e encontrar as devidas soluções.

Tal como aponta o Relatório do País para este ano, o nosso país enfrenta vários desafios e dificuldades no seu desenvolvimento, como o aumento da incerteza subjacente à conjuntura externa e a inflação internacional que continua alta. Mais, várias PME, bem como microempresas e empresários comerciais encontram grandes dificuldades no seu negócio, daí uma enorme dificuldade na estabilização do emprego. Há várias insuficiências nalgumas áreas respeitantes ao bem-estar da população. Destacam-se o formalismo e a burocracia, para além da inacção, actos arbitrários e simplismo que se verificam nalguns governantes. Há ainda diversos problemas que mereceram a atenção do povo, como irrealismo, desrespeito pela vontade do público, ignorância dos direitos e interesses legais do público, etc. Há que prestar atenção às opiniões e sugestões da população sobre o trabalho do Governo e haver dedicação na melhoria dos trabalhos governativos, evitando frustrar as missões dadas pelo povo.

Sob o enquadramento de “Um País, Dois Sistemas”, o relatório do 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China e o relatório de trabalho governativo têm significados inspiradores e orientadores para a governação de Macau. Tenho as seguintes

quatro reflexões: primeira, o Governo da RAEM deve acelerar a reforma e o aperfeiçoamento da administração pública, reforçar o sentido de responsabilidade e o mecanismo de responsabilização dos governantes perante a sociedade, promover a boa governação, e elevar a eficiência administrativa e a qualidade dos serviços, para aumentar a confiança do público no Governo. Segunda, há que melhorar todas as vertentes da vida da população, reduzir o fosso económico, aprender com a política nacional, isto é, dar prioridade ao emprego, tendo a sua estabilidade como indicador do bom funcionamento da economia, promover a formação de profissionais e esforçar-se por criar um bom ambiente de vida para a população. Terceira, há que fazer bom uso das políticas de benefícios do País, aproveitar a nova ronda de projectos de investimento em sectores não jogo por parte das concessionárias de jogo, otimizar a estrutura industrial e concretizar a estratégia de desenvolvimento diversificado “1 + 4”. Quarta, face aos obstáculos na integração Hengqin-Macau, aos níveis jurídico, fiscal, de circulação de pessoas, mercadorias e capitais, e de desalfandegamento, há que acelerar a plena integração, para promover a liberalização e facilitação da circulação transfronteiriça.

Com a entrada do País numa nova jornada, Macau deve alcançar novos progressos, pelo que devemos valorizar o estatuto especial atribuído a Macau pela Lei Básica, e implementar eficazmente o poder pleno de governação do Governo Central em conformidade com a Lei Básica, concretizar o princípio “Macau governada por patriotas”, promover o desenvolvimento económico, melhorar a qualidade de vida da população e promover uma melhor integração de Macau no desenvolvimento nacional, rumo a um desenvolvimento de alta qualidade.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 29.03.2023

Aumentar os elementos turísticos e reforçar as instalações complementares de *hardware* e *software* para impulsionar o desenvolvimento do turismo integrado

Em Fevereiro de 2023, Macau recebeu 1 milhão 593 mil e 743 visitantes, um aumento de 121,6% em relação ao período homólogo do ano passado. O Governo, a par de estar atento ao número de turistas e às receitas, deve também elevar a qualidade do turismo. O desenvolvimento deste sector depara-se com vários problemas: a fonte pouco diversificada de visitantes, poucos dias de permanência, insuficiência de infra-estruturas e instalações complementares, a necessidade de diversificar os elementos turísticos, e alguns actos ilegais ou irregulares que afectam a imagem do turismo. A sociedade espera que o Governo concretize as sugestões do “Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau” e promova o desenvolvimento saudável do sector.

1. Reforçar as infra-estruturas, as instalações turísticas e os meios de transporte

Com o aumento dos turistas, a capacidade de recepção de Macau começa a enfrentar muitos desafios, e destacam-se os problemas com as infra-estruturas, instalações complementares e a capacidade dos meios de transporte. O nível dos transportes com o exterior ainda não foi recuperado, comparativamente com o período antes da pandemia, pois continua a verificar-se uma redução das rotas e da frequência das ligações aéreas e marítimas ou até o cancelamento temporário de algumas delas, acarretando grandes perdas para o orçamento e afectando os itinerários dos turistas. Quanto ao trânsito de Macau, há engarrafamentos e dificuldades em apanhar transportes, o que é uma preocupação para residentes e turistas, pois os transportes públicos não estão a conseguir dar resposta às necessidades do grande aumento das deslocações dos passageiros. Espero que as autoridades acelerem a construção de mais infra-estruturas e melhorem as vias públicas, e que optimizem o planeamento do trânsito e dos transportes públicos, tudo isto para não afectar as deslocações dos residentes e a experiência dos turistas em Macau.

2. Criar mais elementos turísticos e desenvolver a eficácia do “turismo +”

Nos últimos anos, o Governo tem vindo a lançar diversos projectos de “turismo +”, com efeitos bastante positivos. Porém, para os turistas prolongarem a sua estadia, elementos como produtos turísticos ricos e serviços de qualidade são muito importantes. Assim, o Governo deve continuar a desenvolver, em conjunto com o sector do turismo, produtos turísticos mais diversificados, por exemplo, incentivar os resorts integrados a oferecerem mais programas de turismo familiar, actividades para pais e filhos ou projectos culturais e artísticas, para aumentar a atractividade. Além disso, face à diversidade dos modelos de turismo, o Governo deve reforçar a cooperação com o sector, para oferecer serviços personalizados de viagem ou visitas guiadas, assim como projectos que reforcem a experiência dos visitantes com visto individual e aumentem a sua interacção com os pontos turísticos.

3. Reforçar o combate às infracções e promover o desenvolvimento saudável do sector

No passado, eram frequentes os problemas com as excursões a custo zero e a preços baixos e com forçar os turistas a fazerem compras, e com a recuperação do sector do turismo, as autoridades têm de evitar que os mesmos se repitam. Para além disso, as excursões ilegais e os guias turísticos do exterior que trabalham aqui ilegalmente não só afectam o normal funcionamento do sector do turismo, como também levam a situações caóticas por exemplo, com as deslocações em autocarro, refeições, hotéis, falta de seguros, etc., afectando a imagem de Macau enquanto cidade turística. O Governo deve reforçar a execução da lei e reprimir as irregularidades a partir da fonte, nomeadamente, colaborar com outras regiões para aperfeiçoar a fiscalização do mercado turístico, e acelerar os trabalhos de revisão da lei sobre a actividade das agências de viagens e a profissão de guia turístico, reforçando a eficácia e a execução da lei por parte das autoridades.

4. Dar importância à formação de quadros qualificados na área do turismo e apoiar o desenvolvimento sustentável do sector

Para enriquecer o conteúdo turístico e elevar a qualidade dos serviços, além do aperfeiçoamento das infra-estruturas, o Governo deve dar importância à formação de talentos para os sectores do turismo, hotelaria, restauração, serviços, venda a retalho e transportes. Durante a epidemia, muitos trabalhadores experientes e com capacidade dos sectores do turismo e serviços mudaram de emprego devido a suspensão do trabalho ou despedimento, por isso, durante o processo de recuperação económica, o Governo deve apoiar esses sectores a reter e captar talentos locais. Tendo em conta as necessidades de exploração de diferentes mercados de visitantes, há que investir recursos para proporcionar aos trabalhadores ou aos interessados oportunidades de formação prática de conhecimentos sobre línguas, culinária, qualidade de serviços, técnicas de visitas guiadas, entre outros, e para reforçar a imagem de marca de Macau como cidade gastronómica e centro mundial de turismo e lazer.

O "Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo" define várias linhas orientadoras para o desenvolvimento do turismo de Macau, por isso, espero que o Governo tome a iniciativa de concretizar os objectivos de otimizar os produtos e as instalações turísticas, de promover a construção urbana, a cooperação regional e internacional, e de elevar a qualidade do turismo, incentivando o desenvolvimento sustentável e saudável do turismo integrado.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 29.03.2023

Sugestões sobre a formação de talentos na área da ciência e tecnologia em Macau

No início de Março, o Governo Central divulgou um relatório de trabalho e elencou vários indicadores sobre o bem-estar da população e a economia, um balanço que demonstra que o País está a caminhar para um objectivo de desenvolvimento de alta qualidade. Segundo o relatório, o investimento na educação e na inovação tecnológica vai aumentar, para que sejam canalizados mais recursos para desenvolver projectos de educação, inovação tecnológica, investigação, desenvolvimento empresarial, etc., e mais de 70% das despesas financeiras do País são destinadas ao bem-estar da população. Isto destaca a determinação do Governo Central em estabilizar o crescimento, o emprego e os preços dos produtos, para promover a recuperação e a estabilidade económicas. O mais marcante foi o Governo Central, através da reestruturação do Ministério da Ciência e Tecnologia, ter-se concentrado na liderança unificada dos respectivos trabalhos, reforçado as atribuições de gestão do Ministério nas áreas do planeamento estratégico, reforma do sistema, coordenação de recursos, políticas e regulamentos, bem como aumentado o investimento financeiro, para alcançar o objectivo de inovar e gerar receitas na área da ciência e tecnologia.

Existem na RAEM quatro laboratórios de referência do Estado: a Internet das Coisas para a Cidade Inteligente, os Circuitos Integrados em Muito Larga Escala Analógicos e Mistos, a Investigação de Qualidade em Medicina Chinesa e a Ciência Lunar e Planetária. No relatório de trabalho do Governo Central, refere-se claramente os resultados inovadores em várias áreas, por exemplo, a exploração lunar e a Marte, o supercomputador, a navegação por satélite, a inteligência artificial, etc., e olhando para os laboratórios de referência de Macau, verifica-se que acompanham o desenvolvimento científico e tecnológico do nosso País. O Governo deve aproveitar bem os recursos científicos e tecnológicos existentes, no sentido de planear e criar uma equipa de quadros qualificados para a área da ciência e tecnologia. Os Serviços de Economia e os Serviços de Educação devem reforçar a cooperação, para os estudantes poderem saber quais são as necessidades no âmbito da ciência e tecnologia, bem como as suas perspectivas de desenvolvimento, no sentido de indicarem as vias, as bases e as condições para a formação desses quadros. Tudo isto tem como objectivo dar a conhecer aos estudantes o desenvolvimento destas áreas no País e em Macau, bem como disponibilizar-lhes um melhor ambiente e recursos para o seu desenvolvimento.

No relatório do 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, salienta-se que é preciso persistir na ideia de que a ciência e a tecnologia são a primeira força produtiva, os quadros qualificados são o primeiro recurso e a inovação é a primeira força motriz. O Governo deve seguir as políticas nacionais, aperfeiçoar o sistema de inovação científica e tecnológica, e aproveitar os quatro laboratórios de referência do Estado existentes. Macau tem de demonstrar que possui uma base de investigação científica avançada, mas ao mesmo tempo há que definir planos de longo prazo para a formação de quadros qualificados para estas áreas, para os jovens poderem ver e participar no seu

(Tradução)

desenvolvimento, alargar o âmbito de escolha de estudos e alargar as oportunidades de emprego. Isto vai melhorar a integração dos jovens na conjuntura do desenvolvimento nacional, para podermos implementar o desenvolvimento de alta qualidade.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 29.03.2023

Acelerar a articulação dos mecanismos da Zona de Cooperação Aprofundada e promover a integração de Macau no desenvolvimento do País

O encerramento bem-sucedido das “duas reuniões” é um assunto importante para o País e para todos os grupos étnicos, incluindo os compatriotas de Macau, e tem um significado extraordinário. Desde o 20.º Congresso do Partido Comunista Chinês do ano passado até às “duas reuniões” de 2023, o País e o Governo Central mencionaram várias vezes, no planeamento estratégico e na implementação de políticas, os trabalhos da RAEM, e têm lançado políticas e medidas favoráveis para apoiar na participação nas estratégias de desenvolvimento nacional, como a Grande Baía e a Zona de Cooperação Aprofundada, fornecendo assim uma base sólida para a diversificação adequada da economia e o desenvolvimento sustentável da sociedade local. Tudo isto demonstra a atenção e a importância que o País e o Governo Central têm dado à RAEM, constituindo um forte apoio para o seu desenvolvimento.

Em particular, o novo sistema de negociação, construção e administração conjuntas e compartilha de resultados entre Guangdong e Macau na Zona de Cooperação Aprofundada, proporcionado pelo País, irá trazer a Macau perspectivas de desenvolvimento mais amplas e promissoras. Com a publicação do “Regulamento de promoção do desenvolvimento da zona de cooperação aprofundada em Hengqin”, do “Parecer sobre as 30 medidas financeiras” e das “20 medidas alfandegárias”, e a conclusão em breve do “Novo Bairro de Macau”, a Zona de Cooperação Aprofundada já passou de um conceito para uma oportunidade que os residentes de Macau já podem ver. No entanto, embora já tenham sido lançadas várias medidas gerais, na sua implementação, ainda existem muitas barreiras institucionais por quebrar, por exemplo, quanto aos serviços relacionados com a vida da população, devido às diferenças dos documentos de identificação e à complexidade dos procedimentos administrativos, os residentes de Macau são afectados quando tratam de diversos serviços públicos e actividades privadas na Zona de Cooperação Aprofundada. Segundo algumas associações de serviços sociais de Macau, como são organizações do exterior, não podem prestar serviços sociais na Zona de Cooperação Aprofundada, como por exemplo serviços de creches, recepção de alunos, e serviços para famílias e idosos, o que afecta o desenvolvimento das vantagens dos serviços sociais de Macau na Zona de Cooperação Aprofundada. Estas situações afectam a confiança dos residentes de Macau em viver na Zona de Cooperação Aprofundada.

Assim, espero que os governos de Guangdong e de Macau continuem a acelerar a articulação das leis e mecanismos, incluindo a criação duma lista de diplomas legais relacionados com os assuntos sociais e a vida da população na Zona de Cooperação Aprofundada, que devem ser definidos à luz do sistema inovador desta zona, promovendo-se gradualmente a elaboração e implementação dos mesmos. Quanto ao aperfeiçoamento da convergência dos serviços relacionados com a vida da população dos dois lados, sugere-se que o salvo-conduto e a autorização de residência no Interior da China tenham mais utilidades e o uso seja mais fácil, e que seja criado o sistema “Um passo para se estabelecer na Grande Baía” e o sistema de tratamento de formalidades

online e offline através duma aplicação de telemóvel para a Zona de Cooperação Aprofundada, para facilitar o tratamento dos assuntos relacionados com a vida da população e com o comércio por parte dos residentes de Macau. Mais, devem ser criadas vias de cooperação entre as organizações governamentais do Interior da China, associações civis e organizações do exterior, no sentido de aproveitar as experiências das associações de Macau na prestação de serviços sociais, para oferecer serviços de apoio às famílias e de creches, semelhantes aos de Macau.

Além disso, com cada vez mais políticas novas na Zona de Cooperação Aprofundada, sugere-se ao Governo que se esforce para a população conhecer plenamente os regimes inovadores e a articulação das regras da Zona de Cooperação Aprofundada, através da divulgação de informações, de forma mais activa e por diversos meios. Há que fornecer uma plataforma mais conveniente para consulta das políticas, e promover uma integração mais ampla e proactiva dos residentes no desenvolvimento nacional, nomeadamente na construção da Grande Baía e da Zona de Cooperação Aprofundada, para acelerar a respectiva construção e o desenvolvimento integrado dos dois locais.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 29.03.2023

Acelerar a generalização dos postos de carregamento para automóveis

Para alcançar o objectivo de “duplo carbono”, a generalização do uso de veículos eléctricos é uma tendência. Actualmente, no Interior da China, a venda de veículos eléctricos ocupa o primeiro lugar ao nível mundial, e Hong Kong também propôs planos de suspensão do registo de novos automóveis movidos a combustível até 2035. Em comparação, em Macau existiam 3229 veículos ligeiros eléctricos até finais de Fevereiro deste ano, ocupando apenas 2 por cento do total, e a falta de generalização dos postos de carregamento privados é um factor-chave para a percentagem não satisfatória de veículos eléctricos.

Segundo alguns residentes, os veículos eléctricos são mais económicos do que os movidos a combustível, o que contribui para reduzir as emissões de carbono e a poluição atmosférica, por isso, esperam que os seus veículos sejam substituídos, quanto antes, por eléctricos. Mas as formalidades para requerer a instalação de postos de carregamento em edifícios privados são complexas, especialmente nos parques de estacionamento privados sob o regime de quotas, onde é necessário o consentimento de dois terços dos proprietários. Os requisitos são elevados e a operacionalidade é difícil, o que reduz significativamente a vontade dos proprietários de veículos de os substituírem por eléctricos. De acordo com os dados disponíveis, até Janeiro deste ano, houve apenas 181 pedidos de instalação de postos de carregamento em parques de estacionamento privados, dos quais mais de 90 por cento são proprietários independentes, e, em relação aos lugares de regime de quotas e aos sem registo de propriedade horizontal, é difícil requerer essa instalação. Solicito ao Governo que implemente medidas mais eficazes para resolver as referidas dificuldades e acelere a generalização dos postos de carregamento privados.

Quanto à tramitação para o pedido de postos de carregamento, nas cidades do Interior da China, o proprietário de veículo eléctrico só precisa de requerer junto dos respectivos serviços um “contador de electricidade” para o seu lugar de estacionamento privado e, quanto às restantes obras de instalação do posto de carregamento, bem como às formalidades de comunicação à empresa de administração de propriedades, estas podem ser resolvidas de uma só vez pelo proprietário do veículo, através de meios convenientes e rápidos – “on-line” ou “off-line”, adquirindo o “pacote de serviços relacionados com postos de carregamento” junto dos vendedores de veículos. Em Setembro do ano passado, as autoridades afirmaram que iam estudar a criação de um serviço “one stop” para quem pretendesse instalar postos de carregamento no lugar de estacionamento privado, incluindo serviços para o tratamento das formalidades de requerimento e de apresentação de preços para essa instalação. Espero que as autoridades apresentem ao público, quanto antes, os resultados desse estudo. Proponho ainda que, aquando da criação do serviço “one stop”, maximizem o papel do Governo Electrónico, para que os residentes possam tratar de uma série de formalidades sem sair de casa.

Quanto ao custo de instalação dos postos de carregamento, os preços não são muito elevados, mas, se considerarmos os custos das obras de instalação dos equipamentos, isso implica uma grande despesa. Nos últimos anos, o Governo de Hong Kong afectou um total de 3,5 mil milhões de dólares de Hong Kong para a implementação do “Plano de apoio financeiro de carregamento fácil nos complexos habitacionais EV”, com vista a apoiar a instalação de infra-estruturas de carregamento de veículos eléctricos nos silos dos edifícios privados, facilitando aí a instalação dos postos de carregamento por parte dos proprietários desses veículos. Assim, proponho ao Governo que recorra ao “Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética” para financiar, de forma adequada, a instalação das respectivas infra-estruturas.

Os postos de carregamento têm certa capacidade de consumo de energia, por isso, a generalização do uso destes postos nos silos privados, a segurança no consumo de energia e a segurança contra incêndios merecem especial atenção. Proponho ao Governo que reforce a divulgação, em conjunto com o sector, da utilização correcta dos equipamentos de carregamento e do tratamento de emergência contra incêndios, e proceda à manutenção adequada dos respectivos equipamentos.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 29.03.2023

Elevar a consciência dos residentes sobre a prevenção de burlas

Devido ao impacto da Covid-19 e ao rápido desenvolvimento do pagamento electrónico e do governo electrónico, a taxa de penetração da Internet em Macau atingiu 90% em 2022, e a dos telemóveis, 93,8%. Os telemóveis e a Internet móvel já estão intimamente ligados à vida quotidiana dos residentes, e muitos criminosos passaram a ser activos nestes meios, assim, perante *modi operandi* diversificados e “inovadores”, muitos residentes não conseguem prevenir-se e são enganados.

Nos últimos anos, o Governo adoptou muitas medidas preventivas no combate às burlas informáticas e telefónicas, nomeadamente a criação de um mecanismo de prevenção conjunta, entre vários serviços públicos e as operadoras de telecomunicações, o lançamento, com o sector bancário e as autoridades policiais das regiões vizinhas, do alerta para as transferências ou remessas bancárias suspeitas e da cessação imediata de pagamento, o reforço da sensibilização sobre a prevenção em várias plataformas *online*, e a criação de vários mecanismos de comunicação entre a política e a população, com colaboração das associações, escolas e empresas.

Apesar das medidas, as burlas telefónicas não param, portanto, há ainda espaço para melhorias ao nível da prevenção. Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Espero que o Governo proceda à especificação do cibercrime e da burla telefónica e recorra aos casos clássicos para divulgar amplamente, na sociedade, o ponto de situação das burlas. Há que reforçar a publicidade sobre como prevenir este crime e como encontrar os meios certos para procurar ajuda, para os residentes se inteirarem melhor das informações mais recentes e ficarem mais consciencializados sobre a prevenção.

2. As tecnologias de informação estão a desenvolver-se a ritmo acelerado e cada vez mais crianças e idosos acedem à Internet. Quanto aos jovens, proponho ao Governo que considere conjugar as tecnologias de informação com a educação, para se cultivarem conhecimentos sobre a prevenção de burlas nos diversos níveis de ensino, recorrendo a cenários simulados para efeitos de “experiência imersiva”, para os alunos adquirirem, de forma flexível, competências para a prevenção de burlas. Quanto aos idosos, espero que o Governo colabore com as associações e instituições na organização de cursos e actividades sobre a prevenção de burlas.

3. Proponho ao Governo que continue a inovar na publicidade sobre a prevenção de burlas, recorrendo a campanhas publicitárias mais próximas do quotidiano e mais divertidas para atrair a participação do público. Por exemplo, a realização de testes de simulação sobre prevenção de burlas *online*; produção de mais vídeos educativos com exemplos das tendências de burla mais recentes; alargamento contínuo das plataformas de interacção *online* no Interior da China, tais como Xiaohongshu e Douyin; cooperação com as celebridades mais famosas da Internet em Macau, para promover a prevenção de burlas e para os residentes ficarem mais consciencializados sobre isto.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 29.03.2023 Promover a integração entre Hengqin e Macau

Os importantes discursos dos dirigentes do Estado e o relatório de trabalho do Governo Central, das reuniões da CCPPC e da APN deste ano, demonstram plenamente a atenção e a importância que o Governo Central dá a Hong Kong e a Macau, e o seu apoio explícito ao desenvolvimento económico e à melhoria da qualidade de vida da população das duas regiões administrativas especiais, com vista a uma melhor integração no desenvolvimento nacional.

Com a promulgação das “Normas para a promoção do desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin”, verifica-se a direcção do desenvolvimento da Zona de Cooperação, definindo-se claramente que as competências de gestão da economia e da vida da população serão delegadas na Comissão Executiva, a fim de resolver alguns problemas importantes do desenvolvimento da Zona de Cooperação e acelerar o seu funcionamento; com base nisto, otimizar o ambiente de negócios, aperfeiçoar as garantias institucionais para a vida e o emprego dos residentes de Macau; e promover o desenvolvimento das diversas indústrias e a integração de Hengqin e Macau são dois destaques das “Normas”.

Para os residentes de Macau, seja para viver em Hengqin, seja para lá criar os seus próprios negócios ou procurar emprego, o mais ponderado é que a Zona de Cooperação é uma região do Interior da China, e a maioria dos residentes de Macau não está habituada a viver em Hengqin em conformidade com as leis do Interior da China. Assim, propõe-se que seja dada prioridade à implementação das políticas relacionadas com a vida da população definidas nas “Normas”, como a saúde, a educação, o pagamento electrónico, etc., no sentido de permitir que os residentes de Macau sintam que, após a implementação das políticas, os “elementos de Macau” estão ao seu lado, atraindo os residentes a viverem com as suas famílias em Hengqin e a participarem na construção da Zona de Cooperação.

Quanto aos cuidados de saúde, espera-se que as autoridades estudem a promoção dos postos de saúde da referida Zona como projecto-piloto de cooperação na prestação de cuidados de saúde transfronteiriços, para que os residentes de Macau que usufruem dos serviços dos postos de saúde da Zona de Cooperação possam, de acordo com o seu estado de saúde, ser transferidos para os grandes hospitais públicos do Interior da China para continuarem o tratamento. Mais, para os idosos e as pessoas que necessitam de medicamentos a longo prazo, o que lhes interessa directamente é o controlo do transporte dos medicamentos e dos dispositivos médicos ao entrarem na Zona de Cooperação. Espera-se que as autoridades tomem como referência as políticas de “liberalização na primeira linha” e “controlo na segunda linha”, negociem com o Governo do Interior da China, liberalizem o respectivo controlo e facilitem a vida transfronteiriça dos residentes.

No que diz respeito à educação, espera-se que os governos das duas regiões clarifiquem o regime escolar da Zona de Cooperação, especialmente os critérios de admissão recomendados para os estudantes dessa Zona. Espera-se ainda que o Governo da

RAEM lute para que os estudantes de Macau, depois de estudarem na Zona de Cooperação, possam continuar a gozar da qualificação de admissão recomendada para prosseguirem estudos no Interior da China.

No que diz respeito à vida quotidiana, sugere-se que os dois governos estudem os meios de pagamento electrónico transfronteiriço, generalizando o pagamento móvel transfronteiriço individual, e criando um ambiente financeiro que facilite a vida e o emprego dos residentes de Macau, a fim de assumir a importante missão da Zona de Cooperação na reforma e inovação financeira do país, e desempenhar um papel exemplar e orientador para o desenvolvimento de alta qualidade da Grande Baía.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 29.03.2023

Desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada

Ultimamente, o número de turistas e de voos tem aumentado gradualmente, e o desempenho económico tem melhorado, o que demonstra que os planos de recuperação económica do Governo da RAEM foram eficazes, trouxeram novo ânimo à sociedade após a epidemia e aumentaram a confiança dos residentes e dos sectores. Mas a aceleração da recuperação económica é a base para estabilizar a economia e o emprego, e só com a promoção da diversificação adequada da economia é que se podem resolver os conflitos e problemas profundos do desenvolvimento socioeconómico. Assim, o Governo apresentou a estrutura industrial “1 + 4”, para que o sector não-jogo ocupe cerca de 60 por cento do PIB.

Está determinado o desenvolvimento de quatro indústrias na Zona de Cooperação Aprofundada, para contribuir para diversificar a economia de Macau. Com a reabertura total das fronteiras, este ano será crucial no processo de desenvolvimento dessa Zona. Na 5.ª reunião do Conselho de Gestão da Zona de Cooperação Aprofundada realizada recentemente em Macau, foram apresentadas opiniões concretas sobre o desenvolvimento da Zona pelas partes de Guangdong e de Macau. Crê-se que haverá novas medidas e avanços este ano na construção da “integração Hengqin-Macau”. Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. Turismo: o sector de turismo e de lazer integrado é predominante em Macau e, com base nos recursos turísticos ricos de Hengqin, creio que poderá haver efeitos adicionais. Sugiro que as duas regiões reforcem o diálogo e procurem, em conjunto, lançar novos produtos turísticos Hengqin-Macau, especialmente através da integração intersectorial de “Turismo +”, e, tendo em conta as necessidades dos diferentes grupos, lançar itinerários multidestinos com características próprias, nomeadamente, turismo de convenções e exposições e de negócios, turismo de saúde e de reabilitação, passeios costeiros, turismo desportivo e de lazer, e turismo cultural e criativo. Isto contribuirá para consolidar as indústrias privilegiadas de Macau e aproveitar bem os recursos turísticos de Hengqin, alargando, assim, as fontes de clientes.

2. Aspecto jurídico: existem diferenças entre os sistemas jurídicos de Guangdong e de Macau. Para que a Zona de Cooperação Aprofundada possa entrar numa nova fase de negociação, construção e administração conjuntas, e de partilha de resultados, em plena cooperação entre Guangdong e Macau, uma das questões mais prementes deste momento é acelerar a inovação e a integração orgânica dos sistemas jurídicos. Espero que, no futuro, sob o quadro geral da construção da Zona de Cooperação Aprofundada, Macau e Hengqin continuem a reforçar os estudos para a elaboração de mais diplomas legais mais pormenorizados, e para a promoção de um maior desenvolvimento da circulação regional de mercadorias, de capitais, de pessoas e de informações.

3. Desenvolvimento de talentos: Macau e Hengqin devem melhorar os trabalhos de captação de investimento e de atracção das grandes empresas de alta e nova tecnologia para a Zona de Cooperação Aprofundada, criando um círculo virtuoso para o aumento do emprego, da concentração demográfica e do desenvolvimento industrial; é necessário definir, em conjunto, a estratégia e o planeamento de recursos humanos da Zona de Cooperação Aprofundada, rever continuamente as necessidades de recursos humanos para o desenvolvimento das quatro indústrias e importar um número adequado de quadros qualificados do exterior, para, através de acções de formação, ajudar os trabalhadores a elevarem o seu nível técnico, por forma a ultrapassar as dificuldades da falta de recursos humanos.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 29.03.2023

Melhoria do planeamento das instalações complementares de turismo em prol do desenvolvimento turístico de qualidade

Com o pleno recomeço da movimentação de pessoas entre Macau e o Interior da China, Macau tornou-se um dos principais destinos turísticos para os residentes do Interior da China. Segundo as estatísticas, o número total de visitantes de Macau nos passados meses de Janeiro e Fevereiro foi de cerca de três milhões, e há dias registou-se um recorde de mais de 90 mil visitantes num único dia, o que implica uma recuperação acelerada no sector do turismo em geral e nos sectores conexos. Mas, ao mesmo tempo, surgiram, novamente, “excursões a custo zero ou por preço inferior ao seu valor” e guias turísticos ilegais. A utilização de transportes públicos pelas excursões nas suas deslocações e o estacionamento ilegal de autocarros turísticos para tomada e largada de passageiros suscitaram a atenção social. Tais irregularidades não só perturbam a vida quotidiana do público, como também põem em causa a impressão dos visitantes de Macau no caso do surgimento de disputas turísticas, o que não é propício ao desenvolvimento a longo prazo do sector do turismo.

Olhando para as cidades e regiões vizinhas, verifica-se que, nos últimos anos, tanto o turismo como a indústria de serviços se têm desenvolvido a um ritmo acelerado, proporcionando escolhas diversificadas para os turistas. Se Macau quiser concretizar o seu objectivo de desenvolvimento como “Centro Mundial de Turismo e Lazer” e o seu posicionamento enquanto cidade, assim como elevar a sua competitividade turística, os produtos e serviços turísticos locais devem desenvolver-se com qualidade. As entidades supervisoras devem reforçar a comunicação e o intercâmbio com o sector, e melhorar a capacidade geral de recepção e o planeamento das infra-estruturas, para uma melhor coordenação e equilíbrio entre o desenvolvimento do turismo local e a vida da população, a fim de concretizar o objectivo estratégico de desenvolvimento diversificado e adequado “1 + 4” do Governo da RAEM.

Assim, apresento as seguintes três sugestões:

1. Reforçar os mecanismos de intercâmbio em prol de um desenvolvimento sectorial benéfico

Um desenvolvimento sectorial benéfico requer os esforços conjuntos do Governo e dos sectores. Sugere-se que as autoridades reforcem os actuais mecanismos e plataformas de comunicação, aumentem a frequência da recolha de opiniões, intercâmbio e discussões com os sectores, e estejam a par da realidade e dos problemas no desenvolvimento dos mesmos, a fim de proceder ao devido apoio e à aplicação da lei, acabando com as fontes dos actos irregulares e incentivando os sectores a efectuarem uma fiscalização interna e mútua. Sugere-se também que sejam aperfeiçoados os cursos de formação contínua, sobretudo no tocante ao profissionalismo dos guias e ao conhecimento jurídico, a fim de os ajudar a cumprir a lei em conjunto. Mais, pode-se também criar um programa de prémio de ouro dos guias, elogiando os guias locais de excelência e convidando-os a assumirem-se como formadores, no sentido de assegurar a continuação da boa qualidade

dos trabalhadores do sector do turismo e de fornecer força motriz para um desenvolvimento de alta qualidade do turismo.

2. Actualização da legislação complementar para fornecer uma base regulamentar para os produtos

Tomando como referência a experiência de Hong Kong, para assegurar o desenvolvimento de alta qualidade dos produtos turísticos e corrigir os hábitos do sector, o seu Governo procedeu à revisão do Regulamento das agências de viagens, incluindo o combate rigoroso às “excursões a custo zero” e a criminalização das compras forçadas. Este Regulamento conseguiu promover, com sucesso, a optimização dos produtos pelo sector, fazendo com que as excursões de qualidade variável para compras se transformassem em visitas profundas à cidade. Olhando para Macau, verifica-se que a lei que regula este sector está em vigor desde 2004, mas o seu conteúdo e a força de fiscalização nem sempre conseguem acompanhar o desenvolvimento do sector. Há quem entenda que há dificuldades na recolha de provas e na aplicação de sanções aos guias turísticos ilegais. As autoridades afirmaram várias vezes que iam rever as leis e regulamentos correspondentes, mas até ao momento nada mais se ouviu sobre o assunto. Sugere-se ao Governo que acelere os trabalhos de revisão da lei que regula as agências de viagens e a profissão de guia turístico, para proporcionar aos respectivos produtos e serviços uma base jurídica adequada às necessidades do desenvolvimento da cidade.

3. Optimização do planeamento dos bairros comunitários para equilibrar as necessidades dos residentes e dos turistas

Com a mudança da forma de turismo, o foco dos visitantes passou dos principais pontos turísticos para os bairros comunitários, criando um ambiente favorável à revitalização da economia comunitária e à penetração da cadeia industrial. Assim, há que optimizar as instalações complementares de acolhimento de turistas e o planeamento dos bairros comunitários. Proponho às autoridades que, aquando do planeamento de itinerários típicos e da promoção de “roteiros turísticos seleccionados” nos bairros comunitários, dêem importância às referidas instalações, por exemplo, pontos de “check-in” típicos e ruas pedonais; e que, através do diálogo com os sectores, planeiem estacionamento provisório para autocarros de turismo e pontos de concentração para turistas, para evitar que a tomada e largada de passageiros perturbem as principais vias, as habitações e os estabelecimentos de ensino, etc., em prol do equilíbrio das necessidades dos turistas e dos residentes.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 29.03.2023

Nova prorrogação da política de “pagamento de juros apenas com suspensão da amortização do respectivo capital” para aliviar a pressão dos cidadãos e das empresas, impulsionando o investimento para apoiar a recuperação e o aumento dos postos de trabalho

Com o abrandamento da epidemia, a economia de Macau tem vindo a recuperar gradualmente da recessão económica, com um aumento contínuo de visitantes e uma grande afluência de pessoas em vários pontos turísticos, voltando, uma vez mais, à prosperidade do passado. Tudo isto graças aos trabalhos desenvolvidos pelo Governo e por diversos serviços públicos, bem como às actividades de divulgação e promoção. Os resultados alcançados estão à vista de todos os sectores da sociedade. Mas a economia pós-epidemia ainda se encontra na fase inicial de recuperação, por isso o ambiente de negócios e a confiança do mercado necessitam de tempo para recuperar gradualmente e a tendência de recuperação necessita de ser consolidada, logo, há que manter algumas medidas de apoio económico.

Durante a pandemia, com a coordenação do Governo e o seu apoio ao sector financeiro, foi lançada a medida de “pagamento de juros apenas com suspensão da amortização do respectivo capital”, que contribuiu para aliviar a pressão de reembolso sentida por muitas empresas e residentes. Esta medida vai ser prorrogada até ao final deste ano.

Na realidade, diferentes mercados e sectores têm ritmos de desenvolvimento diferentes, e muitas micro, pequenas e médias empresas, pequenos estabelecimentos comerciais e trabalhadores acabam por ser beneficiados mais tarde. Devido à recuperação pós-pandemia desequilibrada, os rendimentos de alguns residentes e os fundos de algumas empresas continuam escassos. De acordo com os dados estatísticos dos serviços competentes, até Janeiro deste ano, o crédito vencido dos residentes de Macau atingiu 5,6 mil milhões de patacas, o nível mais alto desde o início da pandemia; ao mesmo tempo, tanto o rácio das dívidas não pagas de empréstimos hipotecários para imóveis como o rácio das dívidas não pagas de créditos às pequenas e médias empresas registaram níveis elevados no período homólogo.

Por isso, o Governo da RAEM deve manter-se altamente vigilante e procurar reduzir os problemas de incumprimento e atrasos de pagamento das dívidas, a fim de evitar a ocorrência de riscos financeiros sistemáticos. Sugiro que os serviços competentes ponderem prolongar, mais uma vez, o prazo de 6 meses a 1 ano para o referido plano, e estudem e avaliem a possibilidade de permitir que os serviços competentes não considerem esses empréstimos como fora do prazo, dando assim mais tempo de descanso a alguns cidadãos e empresas, ou tomem como referência as práticas de outras regiões, incentivando o sector a otimizar o plano e dando às micro, pequenas e médias empresas, aos pequenos estabelecimentos comerciais e aos cidadãos planos de reembolso de empréstimos mais flexíveis e claros, para enfrentarem em conjunto os desafios da epidemia.

Por outro lado, os dados mostram que a taxa de depósitos dos residentes de Macau continua a aumentar, mas, pelo contrário, a taxa de empréstimos diminuiu, o que reflecte uma situação mais conservadora e de contracção no consumo e nos investimentos dos residentes de Macau, o que em nada contribui para a retoma da economia.

Os governos provinciais e municipais do Interior da China têm promovido a recuperação económica através de várias medidas, por exemplo, estimulando o mercado imobiliário e o consumo, e optimizando o ambiente de negócios. Para atrair os investimentos e capitais, até tomam a iniciativa de enviar delegações ao exterior para a procura de oportunidades. Mas, em Macau, o Governo possui muitos terrenos desaproveitados e vantagens como o regime de porto franco, entre outras, pelo que tem absolutamente condições suficientes para atrair o comércio e o investimento, assim como empresas de alta qualidade do Interior da China ou do exterior. Assim, através dessas vantagens, Macau pode aumentar os postos de trabalho no mercado, lançando mais políticas fiscais de expansão económica, aproveitando melhor o seu sistema financeiro e servindo de forma mais eficaz a economia real. Por exemplo, deve ponderar-se a criação, por iniciativa do Governo, de um “fundo de risco” para as PME, para ajudá-las a enfrentar os riscos imprevistos, apoiar o seu desenvolvimento e promover mais investimentos locais.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 29.03.2023

Estabilizar o emprego, garantir a qualidade de vida da população e aliviar as dificuldades das camadas sociais mais baixas

Para impulsionar a recuperação acelerada da economia local e da indústria do turismo, o Governo lançou uma série de medidas, tais como a promoção de excursões a Macau em vários países e regiões, o lançamento de promoções de transportes para turistas de diferentes regiões, assim como o reforço da promoção através de meios *online* e *offline*, para atrair mais visitantes a Macau. Segundo as autoridades, entre 1 e 22 de Março deste ano, Macau recebeu, em média, 65 000 visitantes por dia e, a 18 de Março, atingiu um recorde diário de 96 000.

Segundo o recente “Índice de Conjuntura à Economia de Macau”, divulgado por uma associação, os visitantes e as receitas do jogo voltaram a subir rapidamente, o que demonstra que a economia de Macau está a sair das dificuldades causadas pela epidemia, prevendo-se que o índice de conjuntura económica regresse ao nível de “estável” no segundo trimestre. De facto, a melhoria contínua do sector do turismo e o consequente aumento da procura de recursos humanos contribuíram para a melhoria do mercado de emprego de Macau, fazendo com que a taxa de desemprego dos residentes caísse novamente 0,2 pontos percentuais para 4,1% e a taxa de subemprego caísse para 2,7%.

Os referidos dados demonstram, em certa medida, que a economia e a sociedade de Macau estão a recuperar gradualmente, mas, muitos residentes ainda se encontram, de facto, em situação de subemprego ou até desemprego, ou não conseguiram entrar no mercado de trabalho após a graduação. Segundo os recentes dados sobre a população desempregada, 4300 pessoas são jovens com idades entre 25 e 34 anos, número que representa uma descida em comparação com o 3.º trimestre do ano passado, mas é ainda o valor mais elevado desde 1992, ano em que há dados estatísticos. Esta situação não pode ser ignorada. Além disso, mesmo com a implementação de várias medidas por parte das autoridades, algumas pessoas que foram despedidas por diversos motivos durante a epidemia ainda não conseguiram voltar ao trabalho, e apesar da recuperação económica, ainda se encontram numa situação difícil, necessitando urgentemente de atenção e apoio.

Assim sendo, apresento as seguintes duas opiniões e sugestões:

1. Para apoiar os residentes na procura de emprego, a DSAL tem realizado várias sessões de colocação de emprego, disponibilizando vagas em diferentes tipos de trabalho e em diferentes sectores, tendo apoiado, com sucesso, um total de 6288 residentes que conseguiram emprego em 2022. No entanto, a sociedade não sabe ao certo se as pessoas contratadas depois da colocação de emprego conseguiram ou não, verdadeiramente, um emprego estável. Proponho ao Governo que proceda a uma avaliação contínua da eficácia das medidas adoptadas, nomeadamente, que estude as razões do desemprego e a consequente impossibilidade de reintegração no mercado de trabalho, a impossibilidade de

alguns residentes conseguirem manter o seu emprego, e ainda que tome medidas de acompanhamento e de apoio, a fim de ajudar os grupos sociais que não têm emprego a resolverem as suas dificuldades de emprego. Proponho ainda ao Governo que reforce a cooperação com mais organizações, para atrair a participação de diferentes sectores e empresas, aumentando, desse modo, as vagas disponibilizadas nas actividades de colocação de emprego, para aumentar a probabilidade de os residentes conseguirem emprego.

2. Tendo em conta que a taxa de desemprego se mantém num nível relativamente alto, em comparação com o período anterior à epidemia, sugiro ao Governo que implemente, a curto prazo, medidas para atenuar as dificuldades dos residentes das camadas sociais mais baixas, tal como a antecipação da atribuição da comparticipação pecuniária do corrente ano, sem aumento dos recursos financeiros, e que, sob a situação satisfatória das receitas das finanças públicas, lance, mais uma vez, o Plano de benefícios de consumo, para os referidos grupos poderem obter, o mais rápido possível, apoio adequado, aliviando as suas dificuldades de vida, incentivando a procura interna, e apoiando a recuperação da economia.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 29.03.2023

Reprimir, quanto antes, o fenómeno das excursões de má qualidade, promover a reconversão, e reduzir os impactos para a vida da população

No dia 6 de Fevereiro, foram retomadas as excursões do Interior da China com destino a Hong Kong e Macau. Segundo os órgãos de comunicação social de Hong Kong, recentemente, surgiram vários grupos de excursões a baixo custo oriundos do Interior da China, afectando bastante os seus residentes. Segundo um excursionista que participou numa excursão de 10 dias que custou 2 mil e tal renminbi, ia ficar dois ou três dias em Hong Kong, e depois em Macau e noutras regiões. Não é de estranhar que, nos últimos dias, muitos residentes se tenham queixado de que, à hora de jantar, à porta de alguns estabelecimentos de restauração nas zonas residenciais, muitos turistas de excursões de baixo custo se encontrem em filas à espera de refeições e depois das refeições continuam na rua, obstruindo os passeios e as entradas e saídas dos edifícios, afectando a vida quotidiana e as deslocações dos residentes.

Antes da pandemia, as excursões de má qualidade e as excursões a "custo zero" já perturbavam Macau há muito tempo, e algumas agências de viagens oferecem refeições a preços baixos em restaurantes de baixo custo, cuja capacidade de recepção é insuficiente, com produtos alimentares de má qualidade e onde é preciso esperar muito tempo; e alguns guias turísticos até têm de obrigar os turistas a fazer compras nas lojas *duty free* situadas nas zonas residenciais, o que tem gerado descontentamento e queixas dos turistas, afectando gravemente a imagem de Macau enquanto cidade turística. Mais, nas zonas residenciais há falta de instalações turísticas, há muitos autocarros de turismo que por ali passam e estacionam ilegalmente, há engarrafamentos do trânsito, e os passeios estão sempre cheios de turistas, o que afecta bastante a vida da população. Assim, quem perde é o sector do turismo e a comunidade, o que contraria a experiência turística de qualidade e o rumo de desenvolvimento sustentável da indústria que o Governo tem promovido nestes últimos anos!

Recentemente, os Serviços de Turismo (DST) lançaram um plano para prolongar a estadia dos turistas em Macau, subsidiando as excursões provenientes da província de Guangdong em 150 e 300 patacas para uma e duas noites de estadia em Macau, e para as excursões vindas de outras províncias, o subsídio é de 250 e 400 patacas para mais de duas noites. Entretanto, os Serviços de Turismo salientaram que iam eliminar do âmbito do subsídio as agências de viagens que oferecem "excursões a custo zero". Segundo as estatísticas oficiais, entre Fevereiro e 23 de Março deste ano, chegaram a Macau 2048 excursões do Interior da China com mais de 60 mil turistas, das quais 1439 requereram o referido subsídio para 41 mil turistas, ou seja, dois terços do total. Se o Governo gastar muito dinheiro, mas só conseguir, como retorno, atrair excursões a custos baixos ou até zero, não será esse o verdadeiro rumo a seguir! Quais são os critérios ou métodos adoptados pelo Governo para afastar as "excursões a custo zero" do plano de apoio? De que medidas concretas dispõe para combater as excursões a preços baixos? As excursões a custos baixos que afectaram recentemente a vida da população de Macau estão ou não

incluídas na lista de subsídios atribuídos pelo Governo? O Governo deve prestar esclarecimentos sobre este assunto.

Com o aumento repentino das excursões, muitos autocarros de turismo estacionam e deixam os passageiros onde querem, afectando os residentes e o trânsito. Veja-se o trânsito nas proximidades das Ruínas de São Paulo, estagnado e à beira da ruptura por causa de muitas excursões que prejudicam gravemente os moradores daquela zona. Face à situação, as autoridades impuseram certas restrições à circulação de autocarros de turismo na Rua de D. Belchior Carneiro, mas mesmo assim, os engarrafamentos passaram a surgir logo pela manhã. Assim sendo, o Governo deve, através da coordenação interdepartamental, ajudar o sector no redireccionamento dos turistas das Ruínas de S. Paulo ou proibir, se necessário, a circulação de autocarros de turismo na Rua de D. Belchior Carneiro. Outro exemplo é a obstrução das vias pelos inúmeros autocarros de turismo estacionados na Avenida Marginal Flor de Lótus, afectando a segurança da circulação. Assim sendo, o Governo deve identificar, quanto antes, a fonte do problema e tentar resolvê-lo. Deve ainda proceder à coordenação entre os operadores do sector para assegurar uma boa distribuição dos turistas das excursões, e definir, de forma proactiva, planos de controlo do trânsito nas diversas zonas turísticas de Macau, no sentido de minimizar o seu impacto nos residentes e no trânsito.

Com o fim da epidemia e o grande investimento do Governo na promoção do turismo e no alargamento das fontes de turistas, é previsível que o número de excursões continue a aumentar. Neste início da recuperação do sector do turismo, começaram a surgir os maus fenómenos do passado, tais como a não triagem de turistas, que afecta as zonas comunitárias, e a sobrelotação nos pontos turísticos, o que demonstra a falta de regulamentação e de instalações complementares. Quanto às “excursões baratas” que afectam as zonas comunitárias, o Governo de Hong Kong, por exemplo, já prometeu que ia exigir ao sector a marcação prévia de refeições e a devida triagem, mas, até ao momento, o Governo da RAEM ainda não tomou a iniciativa de apresentar qualquer plano de resposta!

Aproveito esta ocasião para alertar o Governo para o seguinte: para concretizar a verdadeira transformação e o desenvolvimento sustentável e saudável do sector do turismo, o Governo deve, antes de o número de turistas atingir o seu pico, aperfeiçoar, quanto antes, as medidas de controlo e as medidas complementares, reprimindo os maus comportamentos do sector, reduzindo, especialmente as “excursões baratas”, através de políticas e medidas, e colaborando com os serviços competentes do Interior da China para combater as “excursões a custo zero”, para melhoria da gestão do fluxo de turistas e de excursões, de maneira a assegurar uma boa experiência de viagem aos turistas e a minimizar os conflitos desnecessários entre o desenvolvimento do sector e a vida da população. Tudo isto é sensato e benéfico para todos.

2023-03-29 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

“Conferência da Água das Nações Unidas 2023”

No passado dia 22 de Março, celebrou-se o “Dia Mundial da Água”, tendo as Nações Unidas organizado nos dias 22 a 24 de Março deste ano, a “Conferência da Água” destinado a promover a importância da água como o bem comum global mais precioso da humanidade. Este evento e os quase 700 Compromissos resultantes dos dois dias da Conferência quase que passaram despercebidos na RAEM, com excepção das autoridades competentes terem sugerido aos cidadãos para tomar banho no espaço de cinco minutos.

O objectivo da referida data, foi o de chamar a atenção para a crise global de água e em conjunto encontrar soluções para alcançar os objectivos e metas internacionais acordados e constantes da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável do planeta. De referir, que muitos dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, (ODS), estão atrasados na sua concretização, quer na redução, qualidade e saneamento da água por estarem intimamente relacionados com a saúde, alimentação, educação, indústria, clima e meio ambiente.

Na Conferência da Água das Nações Unidas que ocorreu nos dias 22 e 24 de Março, na sede das Nações Unidas em Nova Iorque, foi pedida aos participantes para que sejam mais interventivos nas acções de protecção deste bem comum. No final foi elaborado um documento resultante do consenso dos participantes deste encontro, constando mais de 700 compromissos voluntários de países, empresas e organizações não-governamentais para fazer avançar o acesso e a redução à água potável incluindo igualmente o saneamento básico.

Na cerimónia de encerramento da conferência, o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres afirmou que “Esta conferência demonstrou uma verdade central: a água une-nos a todos. E flui através de uma série de desafios globais. É por isso que a água precisa de estar no centro da agenda política global. Todas as esperanças da humanidade para o futuro dependem, de alguma forma, de traçar um novo rumo para gerir e conservar de forma sustentável a água para as pessoas hoje e amanhã.”

Na RAEM, o maior problema têm a ver com o desperdício e fugas de água na rede de abastecimento público e privado com uma taxa média de fuga na última década estimada em cerca de 10%, o que é manifestamente elevada. As autoridades competentes devem esforçar com medidas pragmáticas e efectivas para reduzir o consumo de água, principalmente nos empreendimentos turísticos, procedendo à avaliação e classificação da eficiência hídrica pelo referencial internacional que permite identificar as melhores medidas de eficiência hídrica e de aproveitamento de água de origens alternativas aplicáveis a cada caso, para o uso mais eficiente da água e da energia e com isso atingindo-se a eficiência hídrica.

Quanto à redução do consumo de água na RAEM, as autoridades competentes devem implementar medidas de comprometimento geral da sociedade com a sustentabilidade, tendo em conta a consciência da necessidade de contribuir, também, de forma efectiva e imediata, para a redução e promoção de um uso mais eficiente de água principalmente nos empreendimentos turísticos.

As autoridades competentes devem por exemplo e especificamente proceder à monitorização de forma regular o consumo de água, por áreas de operação dotadas de capacidade técnica para antecipar desvios que possam ser rectificáveis, permitindo uma rápida detecção e intervenção no caso de fugas de água com recursos a sensores de detecção, alarme e controlo automático de fugas.

Nos serviços públicos e empresas públicas e privadas deve-se privilegiar a disponibilização da água da torneira para consumo, em alternativa à água engarrafada através dos jarros de água, reduzindo-se quando possível, a oferta de bebidas com gelo. Nos jardins públicos, deve-se generalizar a instalação de um sistema de irrigação eficiente através do método de rega adequado ao tipo de plantas existentes e, preferencialmente, com rega “gota a gota” e inteligente automação, gestão e controlo incluindo estação meteorológica e sensores de humidade nos espaços verdes e promovendo regas nocturnas, reduzindo as perdas por evaporação, incluindo a recolha de água da chuva para outro uso secundário passível de reaproveitamento para rega de espaços verdes ou outros usos.

Com a efectiva introdução das supracitadas medidas e outras atinge-se a eficiência hídrica, ganham as regiões, o planeta e o sector das actividades turísticas.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 29.03.2023

Atribuição de mais um subsídio de vida na ordem de 8 mil patacas; distribuição, quanto antes, da comparticipação pecuniária para aliviar as dificuldades dos residentes e da exploração comercial; e implementação de políticas específicas em prol da partilha efectiva dos resultados da recuperação económica pela população

Segundo os “Dados Turísticos+” dos Serviços de Turismo, no passado mês de Fevereiro chegaram a Macau 1,592 milhões de visitantes, dos quais 843.402 pernoveram e o período médio de permanência foi de 2,2 dias; o período médio de permanência dos visitantes foi de apenas 1,3 dias, e a taxa de ocupação dos hotéis de Macau foi de 78,8%, com um preço médio de 1,206 patacas por noite. Após a normalização social e o levantamento das restrições às entradas, a economia de Macau recuperou mais rapidamente nos sectores da hotelaria e turismo, mas o caminho para a recuperação de outras micro e PME ainda é bastante longo.

Após a epidemia, os residentes, as micro e as PME locais não beneficiaram da recuperação económica e também têm de aguentar a pressão adicional decorrente das “sequelas” da epidemia, tais como o aumento do custo de vida e da taxa de inflação depois da abertura das fronteiras que, por sua vez, resultou no declínio do volume de negócios das empresas cujo público-alvo inicial eram os residentes de Macau. Ademais, os visitantes ainda não são tão diversificados como antes da epidemia.

Segundo a DSAL, entre Dezembro de 2022 e Fevereiro de 2023, a taxa de desemprego dos locais era de 4,1%, portanto, uma descida de 0,2% em comparação com o período homólogo anterior. A DSAL está empenhada em organizar acções de colocação de emprego, mas os problemas de emprego das pessoas de meia idade, de terceira idade, portadores de deficiência e jovens continuam a ser uma longa luta após a pandemia. Há que encontrar uma forma para aumentar as oportunidades de emprego dos jovens, dando-lhes uma plataforma de emprego mais ampla e incentivando-os a irem para a Zona de Cooperação Aprofundada para trabalhar, montar o seu negócio e realizar as suas competências num palco mais internacionalizado. Há também que garantir os interesses e direitos de emprego das pessoas de meia idade e de terceira idade, evitando discriminações em razão da idade e diminuindo as dificuldades dos portadores de deficiência no acesso ao emprego, a fim de ajudá-los a adquirirem autonomia e independência e a concretizarem os seus valores de vida. Trata-se, portanto, de factores que merecem a atenção do Governo em matéria de emprego.

A taxa de desemprego diminuiu em comparação com o período de pico da epidemia, mas continua assustadora em comparação com a do período antes da epidemia, e em particular, durante a epidemia, a taxa de desemprego dos

residentes bateu recordes, os salários diminuíram e os trabalhadores foram obrigados a tirar licenças sem vencimento, entre outras situações graves. Embora a economia esteja a recuperar, ainda leva algum tempo até que a oferta e a procura de recursos humanos possam voltar ao normal. O Governo mostrou-se confiante na meta de 130 mil milhões de patacas de receitas do jogo para este ano, por isso, sugiro ao Governo que distribua, quanto antes, a comparticipação pecuniária no desenvolvimento económico deste ano e que continue a distribuir o subsídio de vida no valor de 8 mil patacas, a fim de consolidar as bases para a recuperação económica, permitindo aos residentes, às micro e às PME a fruição efectiva dos frutos da recuperação económica.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 29.03.2023

O turismo de convenções e exposições, enquanto novo modelo de turismo, tem sido amplamente promovido nos últimos anos em todo o mundo. Macau está a desenvolver activamente esta nova forma de turismo comercial, e o Governo também está empenhado em reforçar os respectivos contactos e a respectiva cooperação. Mas, em comparação com outras cidades, esta indústria em Macau ainda está na sua fase inicial e existe um grande espaço para melhoria. No futuro, o Governo deve continuar a acelerar os estudos sobre o desenvolvimento complementar entre o sector do turismo e o das convenções e exposições, e explorar novos mercados, para elevar a qualidade e o nível deste sector e impulsionar o desenvolvimento das pequenas e médias empresas e da economia comunitária, daí reforçando o posicionamento de Macau como “Centro Mundial de Turismo e Lazer” e a promoção verdadeira da diversificação das indústrias.

O turismo de convenções e exposições não é afectado pelo clima nem pela época alta de turismo, portanto, a sua realização nas épocas baixas também pode estimular a economia, contribuindo para aumentar a taxa de utilização de instalações e os serviços turísticos. Nos últimos anos, este tipo de turismo tem sido um novo ponto de crescimento para o desenvolvimento económico do País, e cidades como Pequim, Xangai e Guangzhou organizaram diferentes convenções e exposições, consoante as próprias características e vantagens. Em Macau, os Serviços de Turismo e o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento também realizaram, em conjunto, actividades para a promoção dos sectores de turismo e de convenções e exposições, e conseguiram alguns resultados, mas ainda muito aquém do objectivo de desenvolvimento das indústrias. No futuro, o Governo pode reforçar a ligação e a cooperação entre os dois sectores, para promover o seu desenvolvimento coordenado e rumo à criação de “marcas”, podendo ainda desenvolver os efeitos impulsionadores desses sectores e criar novos projectos com elementos culturais, desportivos, científicos e de diversão, para satisfazer as necessidades do mercado e promover o desenvolvimento conjunto de outras indústrias, tudo em prol da diversificação adequada da economia local.

No futuro, as autoridades devem proceder a um planeamento global para modernizar as instalações de convenções e exposições e turismo, construir infra-estruturas e instalações de transporte aperfeiçoadas, e elevar ainda mais o nível de serviços de convenções e exposições, incluindo o aperfeiçoamento das instalações e a formação de profissionais na área de tradução e “marketing”, para aumentar a sua atractividade e o grau de satisfação dos cidadãos e turistas, e ainda estimular a aplicação das tecnologias de informação nos sectores de convenções e exposições e de turismo, para promover a sua inovação e aumentar a eficiência e, conseqüentemente, elevar a competitividade global de Macau. Mais, através da promoção prioritária de convenções e exposições e turismo de alto nível, devem reforçar o intercâmbio e a cooperação com os sectores internacionais de convenções e exposições e de turismo, estimular o investimento de capitais internacionais e atrair mais turistas de negócios de alto nível e organizadores de conferências para nelas participarem em Macau, elevando ainda mais a reputação e a influência de Macau ao nível mundial. Com os esforços de todas as partes, isto é, a definição de políticas e a prestação

(Tradução)

de apoios pelo Governo, e a inovação e a elevação do nível dos serviços pelos sectores de convenções e exposições e de turismo de Macau, acredita-se que estes poderão, com certeza, criar um novo rumo no processo de desenvolvimento diversificado.